



# Colégio Santo Agostinho - NL

Ens. Médio Série: 1ª

Disciplina: Geografia

Professor: Paulo Victor

## A Doutrina Bush: evidência maior da busca dos EUA por um mundo unipolar

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética deixaram aos Estados Unidos a condição de única superpotência. A metáfora 'Nova Roma' parece, à primeira vista, adequada para descrever a hiperpotência que reúne, simultaneamente, a força militar e a hegemonia estratégica global. Em princípio, a bipolaridade cede lugar a uma distribuição unipolar do poder: O império sem contraste dos Estados Unidos.

A primeira Guerra do Golfo – deflagrada em 1991, enquanto se desenrolava o drama final do Estado Soviético, e encerrada com uma impressionante demonstração da capacidade estratégica e poder militar de Washington – contribuiu para conferir força persuasiva à imagem unipolar do mundo. As inúmeras crises localizadas da década de 1990 cristalizaram a percepção de uma realidade internacional mais instável que a da Guerra Fria e ressaltaram a liderança estratégica dos Estados Unidos. As Guerras balcânicas, na Bósnia<sup>1</sup> e em Kosovo, encerradas por intervenções internacionais lideradas por Washington, reforçaram o papel-chave de Washington nas decisões adotadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Paralelamente, a expansão da OTAN para a Europa Centro Oriental reafirmou a influência dos EUA na manutenção do equilíbrio estratégico europeu.

Durante a primeira década do Pós-Guerra Fria a Doutrina Truman<sup>2</sup> esvaziou-se de significado mas não foi substituída por uma nova orientação geral da política externa. Contudo, essa nova orientação surgiu, subitamente, como reação aos atentados de 11 de setembro de 2001, que destruíram as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e uma das alas do Pentágono, em Washington. O trauma nacional provocado pelos ataques conduzidos pela Al-Qaeda, do líder terrorista Osama Bin Laden, catapultou os neoconservadores republicanos para os centros das decisões da administração George W. Bush e abriu caminho para a declaração da 'guerra ao terror'.

Em 2002, o governo dos EUA divulgou um documento intitulado 'A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos', que contém as determinações para as áreas político-militares e econômicas que foram apelidadas de Doutrina Bush. Segundo o documento, 'não hesitaremos em agir sozinhos, se preciso for, para fazer uso da autodefesa, de maneira preventiva e antecipada'. Dessa forma os EUA justificam suas ações contra países considerados hostis. O combate ao terror também trouxe mudanças internas. Um exemplo é a Lei Patriótica (Patriotic Act), proposta por Bush e aprovada pelo Congresso em 2001, que permite prender suspeitos de vínculo com terroristas por longo período sem acusação formal. Por isso é criticada por defensores dos direitos humanos.

A guerra é o confronto entre as forças em armas de Estados beligerantes. Os ataques de 11 de setembro de 2001 não foram 'atos de guerra', mas atentados terroristas – ou seja, ações políticas cometidas por organizações ou indivíduos contra alvos civis ou militares desarmados. A sua identificação com atos de guerra exigiu a construção de um discurso baseado na "teoria do sistema terrorista internacional". Essa teoria, difundida após os atentados, sustenta que as organizações de terror participam de um sistema internacional mais amplo, cujos pilares são Estados hostis ao ocidente. Esses Estados, segundo os neoconservadores da Casa Branca, além de fornecerem apoio financeiro e logístico para o terror, desempenhariam funções cruciais na formulação estratégica e na coordenação das campanhas dos atentados.

A campanha militar no Afeganistão, liderada pelos EUA e apoiada por uma coalizão internacional, figurou como uma primeira resposta aos atentados de setembro. Entre o final de 2001 e início de 2002, as forças de coalizão derrubaram o regime fundamentalista do Taleban, que dava abrigo à Al-Qaeda, e destruíram quase completamente a rede terrorista em território afegão. A vitória ficou incompleta, pois Osama Bin Laden e o principal líder do Taleban não foram capturados. Mas isso não impediu Bush de anunciar uma segunda fase de 'guerra ao terror', voltadas contra os Estados dos chamados 'eixo do mal', num primeiro momento composto pelo Iraque, Irã e Coreia do Norte.

No 'eixo do mal' não figuravam Estados associados a organizações terroristas de alcance mundial. A acusação principal aos três Estados envolvia programas de produção de armas de destruição em massa – nucleares, químicas ou biológicas. Houve de fato, uma revisão da estratégia militar americana, que compõem a Doutrina Bush. Em teoria, Washington passa a permitir o uso de armas nucleares contra Estados não nucleares. Estão em foco agora as armas nucleares táticas que destinam-se a atingir alvos como *bunkers* subterrâneos e instalações de pesquisas ou produção de armas de destruição de massa. Mas o aspecto crucial da revisão consiste na proclamação do direito à 'guerra preventiva'. Rompendo os princípios consagrados pela ONU, que definem o direito de guerra no quadro estrito da reação a uma agressão consumada, Bush proclamou o direito de atacar primeiro para suprimir ameaças potenciais. Evidentemente, se o princípio de guerra preventiva fosse aplicado generalizadamente, cortaria os fios tênues que sustentam a ordem internacional. Basta imaginar o uso do novo 'direito' pela Índia contra o Paquistão, ou pela China contra Taiwan. A guerra ao terror abalou, parcialmente,

<sup>1</sup> **Guerra da Bósnia**, guerra civil pela posse de territórios na região da Bósnia-Herzegovina entre três grupos étnicos e religiosos: os sérvios, cristãos ortodoxos; os croatas, católicos romanos; e os bósnios, muçulmanos. Mais tarde atinge também a Croácia. Tem início em Abril de 1992 e se estende até Dezembro de 1995, com a assinatura do Acordo de Dayton.

<sup>2</sup> Doutrina que assegurava a proteção do mundo capitalista contra a ameaça comunista, no contexto da Guerra Fria.

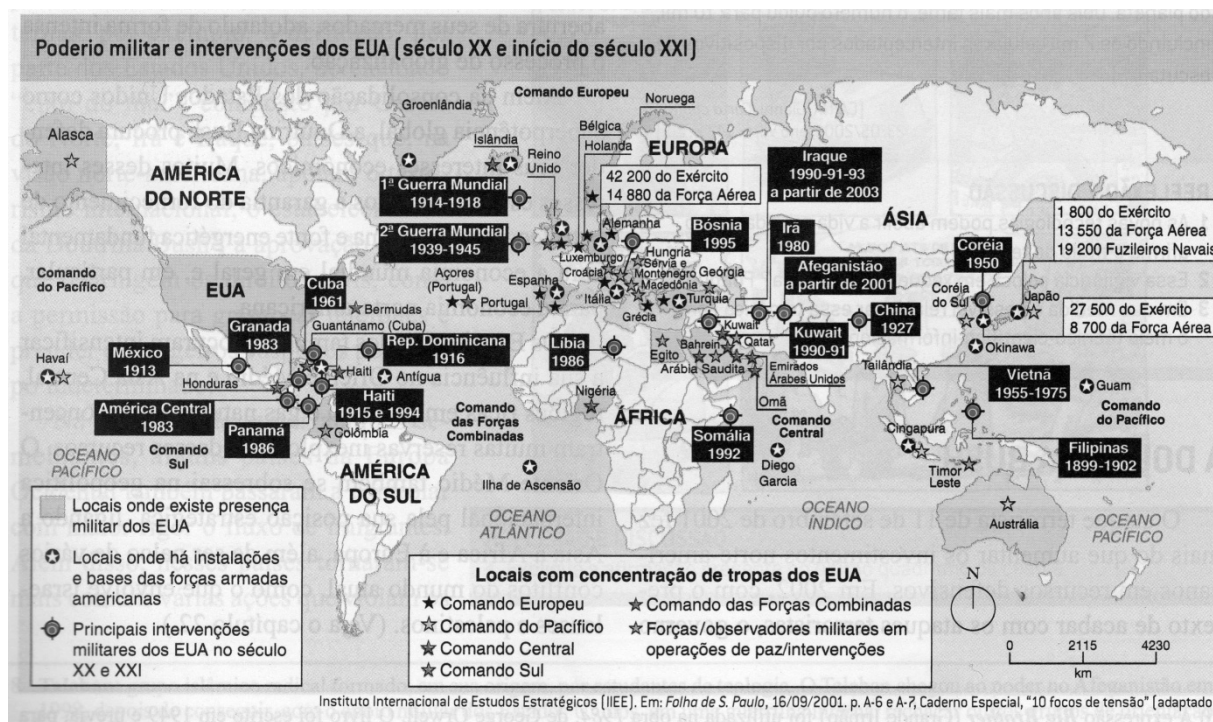
alguns princípios basilares da democracia americana, quando os EUA criam departamentos e agências devotadas a segurança interna, tribunais militares de exceção e prisões preventivas sem acusação formal.

Inaugura-se uma fase marcadamente unilateralista da política externa dos EUA. A tendência foi a ruptura com diversos acordos e tratados internacionais. À ONU foi reservado um papel quase decorativo, de articulação diplomática do governo provisório afegão, depois de concluídas as principais operações militares.

Sobre os demais interesses extras dos EUA nas guerras travadas podemos fazer alguns apontamentos. Por trás da Guerra do Afeganistão estava o interesse dos EUA em ampliar sua presença na Ásia Central e Oriente Médio, onde se localizam também países pertencentes à ex-URSS, como o Cazaquistão e o Turcomenistão, que abrigam reservas de petróleo e gás natural, que só funcionariam para abastecer a União Européia e os EUA se gasodutos fossem construídos através dos territórios do Afeganistão e Paquistão. No fim de junho de 2008, o governo iraquiano anunciou a abertura do setor de petróleo para empresas estrangeiras.

Em 2003, mesmo com o veto do conselho de segurança da ONU, os EUA invadem o Iraque a partir do discurso da atuação preventiva do país, nesse caso contra as supostas armas de destruição em massa existentes no Iraque. No entanto, em 2004, os governos britânicos e norte-americanos admitiram que o Iraque não possuía armas de destruição em massa em seu território. Em 2008, o departamento de defesa dos EUA concluiu que não havia vinculação entre o ex-ditador Saddam Hussein e a rede terrorista Al-Qaeda.

A Hegemonia norte-americana é formada por bases militares espalhadas por todo o mundo- que podem ser mobilizadas a qualquer momento e em curto espaço de tempo - , envolvendo mais de 1 milhão e 200 mil efetivos das forças armadas e um gasto com defesa que atingiu cerca de 400 bilhões de dólares em 2003, além de tecnologias bélicas de alto poder de fogo e precisão. Visto sob esse prisma não haveria rival no mundo capaz de enfrentar os norte-americanos. Mas devemos notar a vulnerabilidade marcada pelo 11 de setembro frente ao terrorismo. Nesse tipo de combate não existe enfrentamento direto com a grande potência, pois não se trata de combate entre Estados, com território e forças armadas que possam ser facilmente identificados. O terrorismo não é visível, não tem endereço e possui ramificações internacionais.



Iraque invadido, tomado por uma instabilidade interna intensificada pela guerra. Trata-se de um país onde a população sofre restrições quanto à distribuição de energia elétrica e água (70% da população está sem acesso direto à água). Calcula-se que 43% da população vive com menos de 1 dólar por dia. A pessoa que personificava o eixo do mal foi enforcada e forças norte-americanas continuam no território iraquiano defendendo a “missão” de auxiliar no estabelecimento de um governo democrático. De fato, a presença militar norte-americana no Iraque serve como fermento para movimentos radicais de resistência.

Os EUA aumentam seu poder de ação em territórios do Oriente Médio com interesses claros. Primeiro: “subsidiar” suas grandes empresas armamentistas. Segundo: aumentar sua escala de influência em uma região do mundo que dispõem de mais de 25% do petróleo mundial e cerca de 60% do petróleo negociado no comércio internacional.